

SHOPPING POPULAR

Pente-fino nos boxes

Das mais de 1.700 bancas instaladas no local, quase 100 estão em esquema ilegal de venda. Enquanto vários pontos estão lacrados, comerciantes enfrentam prejuízos

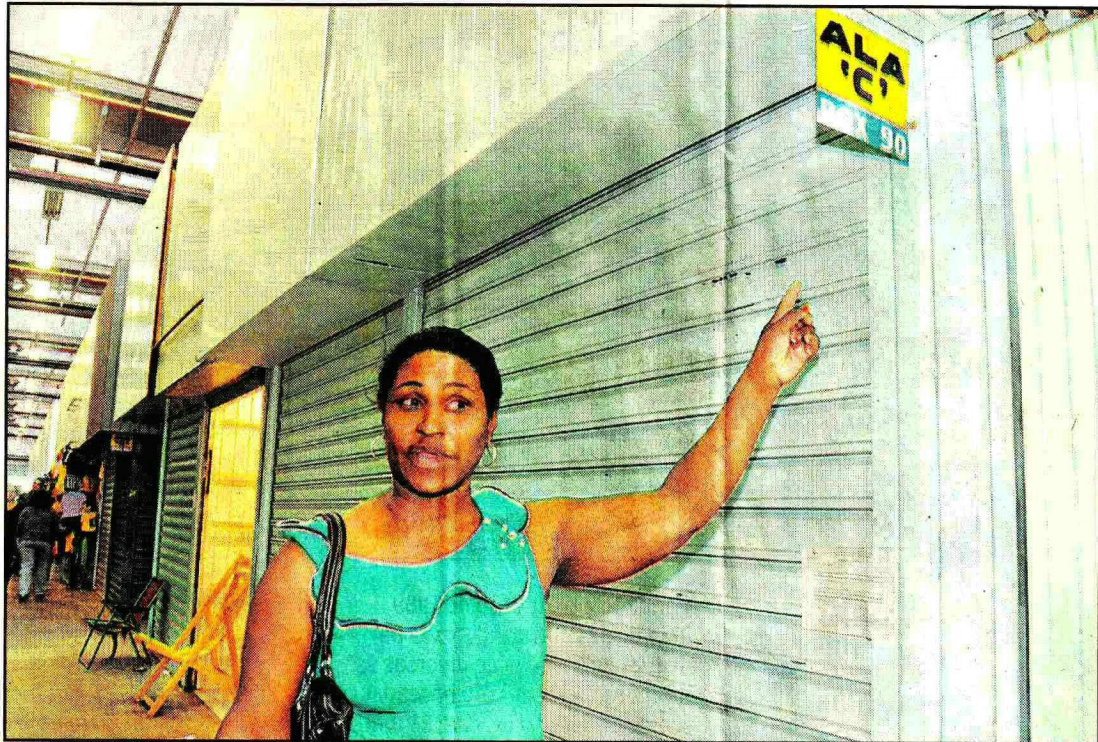
» ARIADNE SAKKIS

A administração do Shopping Popular, a Coordenadoria de Cidades e a Secretaria de Ordem Pública e Social começaram ontem a fazer o levantamento da situação dos 1.784 boxes do local e descobriram que pelo menos 95 se enquadram no perfil de esquema ilegal de venda de pontos descrito pela investigação policial batizada de Operação Fafnir II, que já levou à prisão de cinco pessoas — incluindo o presidente da associação dos feirantes e dois ex-servidores do GDF (veja quadro).

O levantamento é preliminar e compreende apenas um dia de trabalho dos agentes. As irregularidades, no entanto, são fartas. “Uma empresa de lingerie de Fortaleza comprou 20 boxes por R\$ 300 mil, mas até agora ninguém apareceu”, contou o administrador do shopping, Jorge de Oliveira Braga. O primeiro dia de fiscalização durou toda a manhã e a tarde, mas até o fechamento desta edição não havia sido fechado o número de estabelecimentos visitados. Braga explicou que os donos dos boxes abertos foram entrevistados e deles foi exigida a apresentação da documentação que comprove a posse. “Os boxes fechados foram lacrados e notificados, tendo os responsáveis 48 horas para apresentar a documentação necessária à Coordenadoria de Cidades.”

A investigação também apurou o número de pedidos de reintegração negados feitos à Coordenadoria de Serviços Públicos por donos de boxes que teriam tido os pontos tomados. A Ala D, uma das menos visadas inicialmente, tem 40 recursos. Entre os casos, sete boxes foram repassados a outras pessoas, sete estão fechados e 24 não têm a situação averiguada. “A situação é mais grave do que pensávamos”, confirmou Braga. Ele afirma que cada dia mais boxes estão sendo abertos, o que avalia como sinal de má-fé. “Muita gente vendeu o espaço ciente do que estava fazendo. E agora, quer pegar de volta”, criticou. Até caixas

Antônio Cunha/C.B./D.A Press



Dinair da Paixão: “Muita gente foi ameaçada e perdeu tudo o que tinha lá dentro, mas a justiça um dia chega”

» Panorama

Situação atual dos boxes que tiveram os recursos negados

Ala A

15 boxes, dentre os quais 6 foram passados para outros donos

Ala B

24 boxes, sendo que 8 estão entregues aos donos originais

Ala C

37 boxes, sendo 6 entregues a outros feirantes

Ala D

40 boxes, sendo que em 26 ainda não há confirmação da situação

vazias e roupas usadas foram colocadas dentro dos boxes para tentar driblar a fiscalização.

Fraude

A administração e a coordenadoria instalados no shopping re-

ceberam feirantes durante todo o dia, muitos dos quais foram diretamente prejudicados pelo esquema de venda ilegal e coação. Dinair Jesus da Paixão é um desses casos. Baiana de 45 anos, 23 dos quais vividos em Brasília, ela foi lesada duas vezes pela quadrilha. Primeiro roubaram a estrutura do box que ela havia mandado fazer. “Me ligaram dizendo que estavam roubando meu box e, quando cheguei, ele já estava instalado no espaço de outra pessoa”, conta, indignada. Dinair diz que pretendia vender a estrutura do box para pagar a dívida que havia contraído justamente para montar o negócio no Shopping Popular. Em queixa registrada, a feirante atribui a ação ilegal a Marialva Rocha da Silva, vice-presidente da Associação dos Shopping Popular (Asshop). “A polícia veio aqui, mas nem eles conseguiram que ela me devolvesse a estrutura.”

Pouco tempo depois, o próprio espaço dela foi invadido. “Colocaram outra banca no lugar e disseram que eu perdi o ponto. Quando falei que eu queria um espaço da lanchonete para montar o meu

acarajé, o Caio (Donato, presidente da Asshop) me disse que eu teria que pagar R\$ 40 mil.” Agora, Dinair está confiante na devolução do espaço. “Tenho que acreditar que vou ter meu box de volta. Muita gente foi ameaçada e perdeu tudo o que tinha lá dentro, mas a justiça um dia chega.”

Segundo o delegado adjunto da Divisão Especial de Crimes contra a Administração Pública (Decap), Henri Teles, foram ouvidas oito testemunhas que corroboram a versão de fraude por parte de associações de feirantes e ex-funcionários do GDF pelo esquema ilícito. Até ontem, estavam detidos o presidente da Associação do Shopping Popular (Asshop), Caio Donato; a vice-presidente, Marialva Rocha da Silva; a presidente da Associação dos Feirantes, Ambulantes e Comerciantes do DF, Edmárcia de Albuquerque Cardoso; e os ex-servidores do GDF Elizabete Guilherme Raimundo e o ex-subordinado dela, Francisco das Chagas. Ambos estavam lotados na Coordenadoria de Serviços Públicos, extinta em maio.